III Congresso Internacional de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento

20 a 22 de outubro de 2014

CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

MCH0560

UMA ANÁLISE SOBRE A EVOLUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL PELA ÓTICA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO.

CAMILLA NÓBREGA CUSATIS ANDRADE
camillacusatis@uol.com.br
MESTRADO - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

ORIENTADOR(A)
PAULO CESAR RIBEIRO QUINTAIROS
UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

UMA ANÁLISE SOBRE A EVOLUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃONO BRASIL PELA ÓTICA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO.

Resumo:
Este artigo fundamenta-se em uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, que resultou nesta reflexão teórica e de apresentação de dados e informações, cujo objetivo é apresentar a evolução e o crescimento do acesso ao ensino superior, acompanhado do crescimento econômico e desenvolvimento humano. Do advento dos primeiros cursos superiores, que surgiram com a vinda da Família Real em 1808, até a crescente demanda por cursos à distancia, a educação no Brasil, que demorou muito tempo para se fundamentar e foi privilégio das elites no século passado, é uma das principais variáveis para o desenvolvimento e alvo de investimento do Estado – via programas de acesso e de financiamento – para fundamentar o crescimento econômico vivido nas últimas duas décadas e também suprir a necessidade do mercado de mão de obra qualificada para o aumento da produtividade. Foi em 1996, com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que grandes avanços educacionais foram conquistados, por meio de modernização do sistema de ensino e, principalmente, pela flexibilização na criação de novas Instituições de Ensino Superior (IES). Posteriormente, em 2007, o governo apresentou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o qual formalizou diretrizes e programas já assumidos anteriormente e os assumiu como política de governo. Assim, este artigo propõe-se a apresentar dados da evolução da educação, os quais contribuem para o crescimento econômico e desenvolvimento humano, apoiado por discussões de pesquisadores do assunto.
Palavras-Chave: Educação. Crescimento Econômico. Desenvolvimento Humano

AN ANALYSIS ABOUT THE PROGRESS OF EDUCATIONAL DEVELOPMENT IN BRAZIL FROM AN ECONOMIC GROWTH PERSPECTIVE.

Abstract:
This article, based on exploratory research of a qualitative approach, resulted in a theoretical reflection and presentation of data and information, whose objective is to show an increase in access to higher education, accompanied by economic growth and human development.The first university courses emerged with the Royal family in 1808 and until the current demands for online courses, education in Brazil took a long time to be founded, being a privilege of elites. Nowadays it has turned into one of the main reasons for the country's current development, and it is a government aim, through financial programs of access, in order to continue with the economic growth experienced in the last two decades, together with the fulfillment of the job market demand for better workers' qualifications.In 1996, the advent of "Lei de Diretrizes e Bases da Educação"(a special education law) updated the teaching system and allowed the creation of new teaching institutions, resulting in huge educational developments. In 2007, the government introduced a special plan to develop education, known as PDE, which formalized guidelines and programs already previously undertaken, and assumed them as government policy. This paper aims to present data on the progress of educational development, which contributes to economic growth and human development, and is supported by discussions with researchers of the subject.

Key words: Education. Economic growth. Human development.

1. INTRODUÇÃO

O surgimento dos primeiros cursos superiores no Brasil aconteceu mais de 300 anos após seu descobrimento, com o advento da transferência da Família Real Portuguesa (1808) para o País. Com uma expansão lenta e basicamente voltada para formação profissional, um salto efetivo na quantidade de instituições e vagas só ocorreu quando o processo de industrialização e revolução cultural das décadas de 20 e 30 firmou-se no cenário nacional. De qualquer forma, na década de 60, havia somente cerca de 95 matrículas no ensino superior; o aumento de demanda associado à classe média, as oportunidade de trabalho e a ascensão da área estatal, vividos na época do Milagre Brasileiro, levou mais de 1.345.000 mil pessoas a serem matriculadas no ensino superior no início da década de 80. Talvez esteja aí o primeiro sinal de que o crescimento econômico influencia o setor de educação.

Mudanças mais significativas e qualitativas ocorreram em meados da década de 90, com a promulgação da nova Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB) e, posteriormente, com os programas assistenciais que se voltaram para a inclusão da classe social mais baixa no ensino superior.

No aspecto econômico, seja pelos estudos mais quantitativos do avanço que a educação pode refletir no crescimento econômico, a pensamentos mais humanistas e voltados ao desenvolvimento sustentável como Amartya Sen e Celso Furtado, economistas buscam cada vez mais a comprovação cientifica de que quanto mais instruído um povo é mais terá seu poder de renda aumentada e mais produtivo será, em longo prazo.

Nota-se um avanço muito significativo nos últimos anos no aumento do número de Instituições de Ensino Superior (IES), na oferta do número de vagas e na demanda por cursos superiores. Mas mesmo assim, o Brasil ainda figura entre países menos desenvolvidos quanto à sua educação. Deste modo, esse trabalho pretende apresentar uma discussão teórica entre autores do tema educação e crescimento econômico e dados de institutos de pesquisas Brasileiros que retratam os números atuais da educação no País.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Ensino superior–Da Família Real aos programas sociais de inclusão – Breve histórico

Cunha (1980) afirma que os primeiros cursos superiores chegaram ao Brasil com o advento da vinda da Família Real, em 1808.Durante o período do século XIX, o monopólio da educação superior se manteve com a Coroa Portuguesa – resistindo à pressão da Igreja para criação de estabelecimentos católicos –, mas sua expansão se deu muito lentamente, sendo que à época da Proclamação da República não havia mais de 24 escolas de formação profissional. Após esse período, houve a descentralização do ensino e novas instituições – estaduais, municipais, privadas e até mesmo confessionais – foram criadas; entre os anos de 1889 a 1918, 56 novas escolas superiores – em sua maioria privadas – começaram suas operações no País. (DURHAM, 2003)

Conforme Durham (2003), a industrialização, transformações econômicas, modernização e revolução cultural, fizeram com que a década de 20 fosse pautada pelos pedidos de reforma também no ensino superior, que defendiam a criação de universidades como "centros de saber desinteressado", com a substituição das escolas autônomas e a criação de centros de ciências básicas e pesquisa, além de formação profissional. Nesse contexto, "a primeira instituição de ensino superior no Brasil que vingou com o nome de universidade – a Universidade do Rio de Janeiro – foi criada em 1920." (CUNHA, 1980, p.189)

Na década de 30, a bandeira da reforma educacional foi levantada pelo governo de Vargas, e essa foi travada, principalmente, pela elite católica conservadora (confessional) e os intelectuais liberais. (Schwartzman, Bomeny e Costa, 2000) Conforme Durham (2003), as instituições confessionais continuaram a investir no ensino privado; assim, em sua origem, a oposição entre o ensino público e privado estava fortemente relacionada pela oposição público – confessional.

A reforma nessa época instituiu as universidades – como formato preferencial, mas não eliminou as escolas autônomas – e definiu em quais formatos legais elas deveriam obedecer quando instaladas no país. A legislação era detalhista e apresentava questões sobre currículos e programas, duração dos cursos etc., uma tendência ao controle para normatização e supervisão do sistema, resultando uma reforma mais conservadora do que se previa. (DURHAM, 2003)

Dados das primeiras estatísticas educacionais apresentam que em 1933 as instituições privadas já respondiam por 44% das matrículas e por 60% dos estabelecimentos de ensino superior, sendo o total de alunos de 33.723 pessoas. Em 15 anos de governo Vargas, apenas três universidades, todas públicas, foram criadas. (DURHAM, 2003)

Conforme Durhan (2003), no período de 1945 a 1960, o alunado passou de cerca de 41 mil alunos para 95 mil, o que retratava um ajustamento à demanda do processo de desenvolvimento urbano-industrial; nesse período, foram criadas 18 universidades públicas e 10 particulares, sendo a maioria confessional. Esse período é marcado por intensos conflitos sociais e envolvimento dos universitários em lutas políticas. Os temas que sensibilizaram e mobilizaram os estudantes não foram apenas os do ensino superior, mas incluíram as lutas contra o imperialismo, o capitalismo e o latifúndio, bem como a favor do nacionalismo, do desenvolvimento, da erradicação do analfabetismo, da reforma agrária, e de tudo que fosse popular: a democracia popular, a educação popular

e a cultura popular. O marxismo se tornou a ideologia dominante do movimento (Durham, 1994 apud DURHAM, 2003).

Em 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) foi votada, sendo mantido o sistema existente, com seus mecanismos de controle da expansão e do conteúdo de ensino.

Em 1964, com o Golpe Militar, o movimento estudantil se reorganizou como resistência ao regime e a universidade pública foi seu ponto de eclosão. Nos anos seguintes, de intensa batalha, o governo endureceu e, em 1968, acabou com o movimento estudantil, mantendo as universidades, consideradas focos de subversão, sob vigilância. Todo esse movimento arraigou um ideal de universidade considerada como única opção justa e politicamente correta. E, mesmo sem a participação do movimento estudantil, o Governo Militar promoveu uma profunda reforma no ensino superior, incorporando muitas das reinvindicações do movimento que eram consenso no meio acadêmico e até entre o Ministério da Educação. E mesmo incompleta, "a reforma se orientou claramente no sentido de organizar todo o sistema de ensino federal em universidades e de promover a pesquisa, como queriam os estudantes e como constava do ideário modernizador desde 1930, mas que não lograra ainda se institucionalizar" (DURHAM, 2003, p.15).

Nesse período, aliado ao crescimento econômico retrato pelo "Milagre Brasileiro", o número de matrículas no ensino superior saiu dos 95 mil, em 1960, para cerca de 1.345.000 em 1980. Um grande salto, devido ao aumento da demanda associado às camadas da classe média, às oportunidades de trabalho nos setores mais modernos da economia e, por fim, à ascensão da área estatal. Essa demanda foi atendida em grande maioria por instituições privadas, orientadas para o mercado, direcionadas a ampliar sua lucratividade e a atender a necessidade da obtenção do diploma como forma de ingresso no mercado de trabalho. (Durham, 2003)

Conforme a autora, a década seguinte, de 1980, foi caracterizada por um período de crise e transição, e, no ensino superior, por um período de estagnação. Com a demanda que havia anteriormente atendida, estava-se na dependência do recém-egresso do ensino médio, o que se crescia muito lentamente. Essa escassez de candidatos promoveu a competição entre os estabelecimentos privados, o que causou processos de fusão e incorporação de estabelecimentos menores. E, no final dessa década, a pressão do setor voltado para o ensino de massa, com finalidades lucrativas, sem orientação para a pesquisa e com baixa qualificação de seus docentes, cresceu e ganhou força.

Mudanças mais substanciais nas políticas econômicas e sociais, bem como na educação, somente ocorreram a partir de 1995, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso. Fortes mudanças, principalmente no ensino básico, proporcionaram, anos depois, um grande aumento nas matrículas no ensino médio, gerando alunos aptos a ingressarem no ensino superior. Grandes avanços também foram alcançados na nova LDB, votada em dezembro de 1996, que definiu claramente a necessidade da associação entre ensino e pesquisa, com comprovação da produção cientifica para credenciamento da universidade, entre outras disposições legais que estabeleceram critérios para o ensino universitário.

No entanto, possivelmente a mais importante delas, que engessava o sistema, foi a abolição do currículo mínimo, sendo previstas em seu lugar as Diretrizes Curriculares Gerais, dando maior flexibilidade às instituições para modelar seus currículos de acordo com a necessidade local. Outro importante fato foi a criação de um sistema de avaliação – Exame Nacional de Cursos –, conhecido também como "Provão", que tinha por objetivo avaliar os cursos de diferentes instituições e classificá-los. Apesar das resistências sofridas, logo no inicio, já foi possível comprovar a superioridade de qualidade do ensino público frente às instituições de ensino particular. (Durham, 2003)

Posterior ao Provão criou-se o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que é um exame em larga escala aplicado aos estudantes que preenchem os critérios preestabelecidos. Por incluir ingressantes e concluintes, o exame permite avaliar o progresso acadêmico dos estudantes. De acordo com a legislação do SINAES, o Enade: "Aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento." (Lei no. 10.861/2004, art 5º.)O Enade é um componente curricular obrigatório, sendo inscrito no histórico escolar do estudante somente a situação regular com relação a essa obrigação.

Durante o período inicial do governo, novos programas foram adotados com o intuito de democratizar o acesso ao ensino superior, entre eles estão o Programa Universidade para todos (Prouni); as mudanças no Exame Nacional de Ensino Médio (Enem); o Fundo de Financiamento estudantil (Fies); e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), sendo que, em 2007,

o governo apresentou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que contemplou e formalizou diretrizes e programas já assumidos anteriormente no governo em uma única politica educacional. O PDE foi sustentado em seis pilares: i) visão sistêmica da educação, ii) territorialidade, iii) desenvolvimento, iv) regime de colaboração, v) responsabilização e vi) mobilização social. (PDE, 2007, p.11)

Para a educação superior, os princípios definidos foram: i) expansão da oferta de vagas, ii) garantia de qualidade, iii) promoção de inclusão social pela educação, iv) ordenação territorial e v) desenvolvimento econômico e social, fazendo da educação superior, seja enquanto formadora de recursos humanos altamente qualificados, seja como peça imprescindível na produção científico-tecnológica, elemento-chave da integração e da formação da Nação. (PDE, 2007, p.26)

A democratização do acesso se deu basicamente por dois programas: Prouni e Fies. O Prouni concede bolsas integrais e parciais em instituições de ensino privadas para estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou particular – na condição de bolsista integral – e com renda familiar de até três salários mínimos. Criado em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, oferece, em contrapartida, isenção de tributos àquelas instituições que aderem ao Programa. O sistema de seleção é informatizado e os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no Enem. Em 2013, foram ofertadas 164.379 bolsas integrais e 87.995 bolsas parciais. Já o Fies é o programa do Ministério da Educação destinado a financiar estudantes de cursos de graduação, sendo operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Já que a oferta de financiamento cresceu, foi preciso repensar em como as instituições poderiam ajustar sua estrutura com as finalidades de aumentar o número de vagas e de reduzir as taxas de evasão nos cursos presenciais. Para isso, o governo apresentou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), dado pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, por meio da expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior.

E, por fim, uma das mudanças mais significativas propostas pelo governo Lula foram as alterações sofridas pelo Enem, que foi criado inicialmente em 1998 para avaliar a performance dos estudantes da educação básica, mas, em 2009, passou a ser usado também como forma de seleção para o ingresso no ensino superior. As mudanças

implementadas na avaliação contribuíram para a democratização das oportunidades de acesso às vagas, para a mobilidade acadêmica e também para indução da reestruturação do currículo do ensino médio. O Enem passou a ser o passaporte do aluno do ensino médio à possibilidade de se cursar o ensino superior, já que os demais programas contemplam sempre o desempenho por ele obtido na prova para concorrer a uma vaga.

2.2 Crescimento econômico e educação

Celso Furtado, um dos maiores pensadores econômicos brasileiros,abordava que a pobreza deve ser estudada em diferentes dimensões: "1- A questão da fome endêmica, que está presente, em graus diversos, em todo mundo; 2- a questão da habitação popular [...]; e 3- a questão da insuficiência de escolaridade, que contribui para perpetuar a pobreza." (FURTADO, 2002, p. 12).

Diversos autores testaram suas teorias empíricas tentando aliar crescimento econômico com a importância da educação, com as mais diferentes variáveis e modelos econômicos (matemáticos). No entanto, os resultados são inconclusivos e, por vezes contraditórios; mas de um fato não se discorda: a educação está cada vez mais importante para o crescimento econômico ao longo do tempo. (TEIXEIRA e SILVA, 2012)

Conforme Teixeira e Silva (2012, p. 2)

> "duas abordagens teóricas têm sido muito utilizadas para explicar a relação entre educação e crescimento econômico: a abordagem neoclássica, em que a educação é adicionada no modelo como mais um insumo de produção e conclui-se que a acumulação de novas habilidades é relevante para o crescimento econômico; uma segunda abordagem, a teoria de crescimento endógeno em que crescimento econômico sustentado só é possível com o emprego de tecnologia que por sua vez depende da educação."

Dias e Dias (2007), em um de seus estudos, testaram empiricamente um modelo teórico sobre aspectos geradores do crescimento e produtividade no médio e longo prazo e consideraram que a educação resulta em aumento de capital humano, e, portanto, aumento de produtividade; também ressaltaram que o acesso à educação por diferentes classes sociais ocorre de uma forma não equitativa, o que pode causar impactos diferenciados na produtividade e na distribuição de renda. O que Walde (2000 , apud DIAS e DIAS, 2007) também confirma, quando dá ênfase que a elite da

sociedade tem o maior acesso ao sistema educacional e que isso corrobora para o aumento dos problemas de desigualdade de renda. Por isso, se fazem necessárias políticas específicas, que levam em conta a forma diferenciada de acesso entre as classes para que todas possam usufruir de oportunidades de maneira equânime.

Os autores ainda afirmam que:

> estes (estudos anteriores) destacam a necessidade de políticas mais efetivas para combater a desigualdade de renda e aumentar o crescimento econômico. Estas políticas incluem investimentos em educação, transferências de renda, benefícios sociais, investimento em infraestrutura, políticas que amenizem ciclos econômicos e/ou que beneficiem setores específicos daeconomia, como a formação de *clusters* (agrupamentos). (DIAS e DIAS, 2007, p.706)

Simões (2003, apud TEIXEIRA E SILVA, 2012) analisou empiricamente a importância dos diferentes níveis de escolaridade no crescimento econômico em alguns países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), no período de 1960 e 2000, utilizando como parâmetro o capital humano em diferentes níveis de escolaridade e os anos médios de escolaridade primária, secundária e superior da população com idade igual ou superior a 15 anos. Os resultados apontam para a ideia de que a escolaridade superior tem um papel relevante no crescimento econômico devido à sua influência sobre a taxa de progresso tecnológico, não sendo possível confirmar a existência da mesma relação direta entre outras escolaridades.

Outra pesquisa relevante na área foi de Souza (1999, apud TEIXEIRA E SILVA, 2012), que testou a especificação neoclássica baseado no estudo de Lau et al. (1993) e em uma segunda abordagem, testou um modelo ajustando a função de produção ampliada para incluir um termo de progresso tecnológico. Os resultados confirmam a real importância da variável escolaridade no crescimento do produto interno bruto entre os estados brasileiros, sendo que um coeficiente estimado indica um aumento de 38% no produto interno bruto associado com cada ano adicional de escolaridade média na população economicamente ativa, para o primeiro modelo testado, e de 36% para o segundo modelo testado.

Celso Furtado enfatiza que “para participar da distribuição da renda, a população necessita estar habilitada por títulos de propriedade ou pela inserção qualificada no sistema produtivo [...]” (FURTADO, 2002, p. 16).

Ainda de acordo com o autor,“um amplo programa social deve dar prioridade à habitação e à educação, antes do investimento produtivo. A educação interfere no tempo, e, melhorando-se a qualidade do fator humano, modifica-se por completo o quadro do país, abrem-se possibilidades de desenvolvimento muito maiores.” (FURTADO, 2002, p. 19).

Conforme Dias e Dias (2007), estudos mais aprofundados e com comprovação econométrica se fazem necessários para a comprovação das implicações de distribuição de renda e investimentos na educação para o crescimento econômico, pois existe o aumento de custos para se amenizar a desigualdade de renda e gerar crescimento econômico, e esses custos refletem em aumento da carga tributária, a qual pode implicar menor crescimento econômico no curto prazo. Mas os autores ainda afirmam que “os benefícios resultantes desse investimento, ou seja, a melhoria do nível educacional de empregados e empregadores são amplamente favoráveis à economia no longo prazo, conforme atestam os coeficientes da variável Reduc, que em todas as especificações estimadas aqui se apresentam como positivas e significantes.” (DIAS e DIAS, 2007, p. 734)

2.3 Índices de Desenvolvimento Humano

O economista indiano e grande estudioso sobre concepções de desenvolvimento que tem em seu centro o combate a todas as formas de privação humana, Amartya Sen, ressalta que as politicas econômicas que são voltadas para melhorias sociais estão implicadas no aumento da escolarização e que os avanços educacionais têm de estar no centro do combate às muitas formas de privações. (Sen, 2006 apud RESENDE, 2012)

O programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), inspirados em seus debates, nas últimas décadas, reflete que há forte similaridade entre melhoria educacional e melhoria social e que a associação entre déficits educacionais e miséria são totalmente plausíveis, tornando a educação fase crucial no processo de alavancar o desenvolvimento social e humano. (REZENDE, 2012)

Rezende (2012) ainda aponta que, nos Relatórios de Desenvolvimento Humano, o desenvolvimento está estreitamente ligado à diminuição paulatina da privação humana, defendida arduamente por Amartya Sen, e que a educação ajudará a reduzir as condições tanto de miserabilidade quanto de impotência.

2.4 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O IDH foi criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista Amartya Sen, com a intenção de ser uma medida sintética do desenvolvimento humano. O índice foi criado para contrapor a lógica puramente econômica do desenvolvimento medido somente pelo PIB *per capita*. Segundo o PNUD, os três pilares que constituem o IDH são mensurados da seguinte forma:

- Uma vida longa e saudável (**saúde**) é medida pela expectativa de vida;
- O acesso ao conhecimento (**educação**) é medido por: i) média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; e ii) a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que um criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevalecentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança;
- E o padrão de vida (**renda**) é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência. (PNUD, 2010)

O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) até 1 (desenvolvimento humano total), sendo os países classificados deste modo: Índice Baixo: o país está entre 0 e 0,499; Índice Médio: o país está entre 0,500 e 0,799; Índice Alto: o país está entre 0,800 e 1.

2.5 Índice GINI

Criado pelo matemático italiano Corrado Gini, o Coeficiente de Gini é o parâmetro que mede a desigualdade de distribuição de renda entre países. O coeficiente varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo a zero melhor é a distribuição de renda, e quanto mais próximo a um, maior é a desigualdade de renda do país. O índice é apresentado em valores percentuais (coeficiente x 100).

3. MÉTODOS

Nesse presente artigo, buscou-se uma reflexão teórica e de apresentação de dados e informações, cujo objetivo é expor como se deu a evolução da educação de ensino superior no Brasil sob a ótica do crescimento econômico. Nesse sentido,o artigo estruturou-se com o objetivo de uma pesquisa exploratória, com abordagem estritamente qualitativa e com o delineamento para o uso de fontes de papel

bibliográficas, entre renomados pesquisadores e autoridades no assunto, o que fundamenta e possibilita uma análise de forma a demonstrar as reflexões necessárias sobre o tema.

Para Manzo (1971 apud MARCONI E LAKATOS, 1999, p.73), a bibliografia "oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente". Portanto, esse tipo de pesquisa não se caracteriza por uma simples repetição do que já foi publicado, mas possibilita um novo exame sob enfoques diferenciados, podendo levar a novas conclusões. (MARCONI E LAKATOS, 1999).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Crescimento do setor

O crescimento do setor de ensino superior no Brasil se deu, principalmente, pelas mudanças de regulamentação acontecidas na década de 90, entre elas e promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em dezembro de 1996, cujas medidas foram aprovadas para o incentivo ao investimento privado na educação superior, entre elas a flexibilização das restrições regulatórias para a abertura de cursos e instituições e a regulamentação que permitiu que as instituições fossem constituídas como empresas com fins lucrativos. Em consequência disso, o aumento no número de instituições privadas de ensino superior no Brasil, nos últimos 10 anos, cresceu devido às instituições de pequeno porte, com mais de 2,1 mil instituições privadas de ensino superior em 2011, de acordo com o MEC.

Atualmente, o Brasil representa o quinto maior mercado de ensino superior do mundo – e o maior da América Latina –, com 6,6 milhões de matrículas no ensino superior, atrás da China (31 milhões), Índia (20,7 milhões), EUA (20,4 milhões) e Rússia (9,3 milhões), segundo dados do estudo *Global Education Digest 2012* da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com dados de 2010.

Apesar do crescimento nos últimos anos, de acordo com o IBGE, apenas 14,6% da população brasileira entre 18 e 24 anos estavammatriculados em instituições de ensino superior em 2011, uma porcentagem ainda bem abaixo da meta de 33% estipulada pelo Governo Federal para até 2020, o que indica potencial de continuidade de crescimento.

4.2 Crescimento da demanda do ensino superior

Conforme levantado na revisão teórica, há poucos anos o país ressaltou a importância do ensino superior e adotou políticas de incentivo a abertura de novas vagas e de inclusão com programas sociais voltados à população de baixa renda. Dados do Censo 2010, realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), demonstram que uma faixa muito pequena da população cursou ou está matriculada no ensino superior.

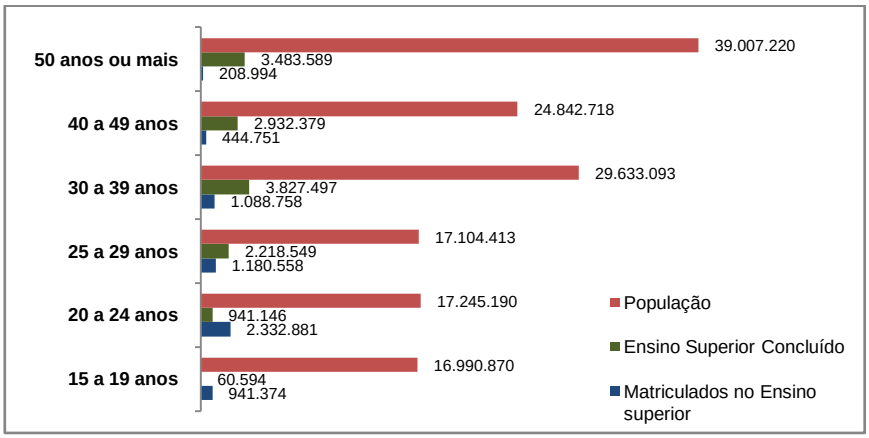

Gráfico 1 -População no Brasil, número de matriculados e pessoas que já concluíram o ensino superior.
Fonte: Censo (2010)

Mas as taxas de escolarização no Brasil são calculadas utilizando-se exclusivamente dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios). A taxa de escolarização bruta expressa o percentual da população de 18 a 24 anos que declara frequentar escola. A taxa de escolarização líquida, por sua vez, identifica o percentual da população de 18 a 24 anos que declara cursar graduação. Em 2011, a taxa de escolarização bruta era de 27,8% e a taxa de escolarização líquida de 14,6%; quando se inclui no cálculo da taxa de escolarização líquida o percentual da população da faixa etária de 18 a 24 anos que concluiu um curso superior, esse valor corresponde a 17,8%. Esses dados corroboram o caráter desafiador do salto projetado pela Meta 12, relativo ao novo Plano Nacional de Educação, que define a elevação da taxa de escolarização bruta para 50% e da taxa de escolarização líquida para 33% da população de 18 a 24 anos.

Tabela1 – Distribuição de matrículas de graduação presencial e população da faixa etária de 18 a 24 anos.

Brasil/Regiões Geográficas	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE)				Censo da Educação Superior (Inep)			
	População (18 a 24 anos)	%	Frequenta Curso de Graduação (18 a 24 anos)	%	Matrículas de Graduação Presencial	%	Matrículas de Graduandos Presenciais com Idade de 18 a 24 anos	%
Brasil	22.497.453	100,0	3.283.368	100,0	5.746.762	100,0	3.229.755	100,0
Norte	2.098.423	9,3	217.642	6,6	385.717	6,7	186.370	5,8
Nordeste	6.399.491	28,5	664.870	20,2	1.138.958	19,8	607.682	18,8
Sudeste	9.113.639	40,5	1.471.314	44,8	2.755.635	48,0	1.554.273	48,1
Sul	3.128.684	13,9	582.965	17,8	929.446	16,2	570.293	17,7
Centro-Oeste	1.757.216	7,8	346.577	10,6	537.006	9,3	311.137	9,6

Fonte: Censo da Educação Superior (2011)

Segundo dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), em 2012, as matrículas no ensino superior brasileiro passaram de 3.887.022, em 2003, para mais de 7 milhões, o que representa um crescimento de 81% nos últimos dez anos. Atualmente, são 31.866 cursos oferecidos por 2.416 instituições (304 públicas e 2.112 particulares), sendo que o total de ingressantes foi de 2.747.089 e de concluintes 1.050.413.

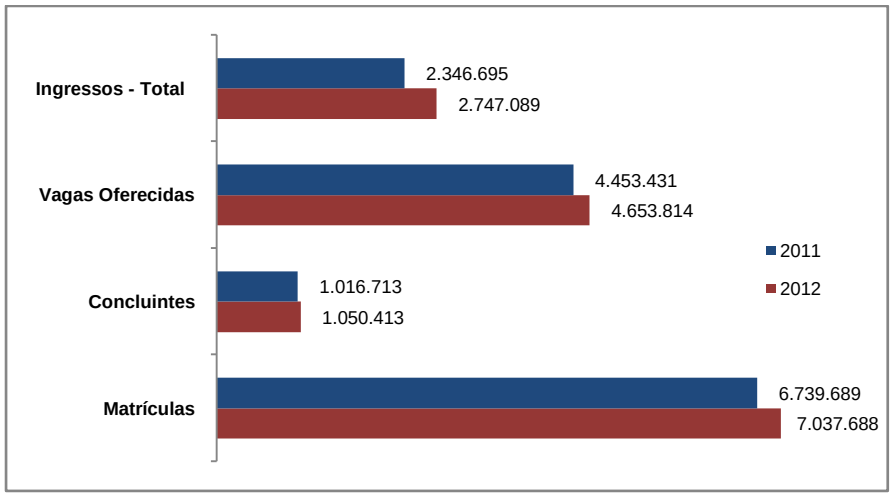

Gráfico 2 -Número de ingressantes, vagas, concluintes e matrículas no ensino superior.
Fonte: Sinopse da Educação Superior (2011 e 2012)

O destaque é para os cursos tecnólogos, que crescem em um ritmo acelerado, pois tem duração mais curta e um currículo mais adaptado à preparação ao mercado de trabalho. Dados do Inep demonstram que nos últimos 4 anos essa modalidade de curso cresceu 51% no número de matrículas e no aumento do número de vagas, consequentemente.

Pelo olhar regional, conclui-se que é muito discrepante o número de IES (Instituições de Ensino Superior) e matriculados nas regiões mais pobres do País, reflexo do desenvolvimento regional e da necessidade de mão de obra mais qualificada.

Tabela2 – Distribuição geográfica das IES, matriculados e concluintes no ensino superior

Região	Número de IES	Matriculados	Concluintes
Norte	154	546.503	79.361
Nordeste	444	1.434.825	172.151
Sudeste	1.173	3.226.248	518.448
Sul	409	1.163.671	180.620
Centro-Oeste	236	666.441	99.833

Fonte: Sinopse da Educação Superior (2012) - MEC

Outro fator importante que corrobora esse enfoque é a participação massiva das matrículas em turno noturno, cujos dados do Censo Educacional 2011 demonstram que nas regiões Sudeste (68,3%), Sul (65,8%) e Centro-Oeste (62,8%) essa modalidade é muito expressiva e está associada à destacada presença das IES privadas nessas regiões (que ofertam mais vagas nessa modalidade).

Entre a modalidade presencial e à distância, dados do Censo 2011 apresentam a distribuição do número de matrículas por modalidade de ensino e, apesar de apenas 3,4 % (1.044) dos cursos serem na modalidade à distancia, essa foi a opção que mais cresceu no mercado de ensino superior, com uma taxa composta de crescimento anual de 42,11% no período de 2002 a 2011, possuindo um número de 1.113.850 matrículas efetuadas em 2012.

Infelizmente, quase metade das vagas abertas em processos seletivos não são ocupadas,sendo o número agravado quando se observa que apenas 53% dos alunos que ingressam em cursos superiores obtêm o diploma. Os motivos, entre os mais variados, estão desde o desprestígio que os cursos de licenciatura vêm sofrendo ao longo dos anos, a evasão das universidades públicas principalmente por desistências e também o alto custo das mensalidades nas IES privadas.

4.3 Crescimento Economico pela Educação

Cardoso (2006) cita que o nível de educação de um indivíduo influencia, de forma muito significativa, no padrão de renda auferida e reafirma a ideia de Blaug (1975, p.1 apud CARDOSO, 2006), que alega que “Em todas as economias que temos notícia, as pessoas que receberam mais educação recebem, em média, rendimentos mais elevados do que aqueles que receberam menos, pelo menos quando se comparam pessoas de mesma idade”.

Por essa ótica, vale a análise da elevação da renda no Brasil que vem crescendo acima da média mundial. Dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Organização Internacional do

Trabalho (OIT) mostram que, em 2011, o crescimento médio anual dos salários reais no mundo subiu 1,2%, e no Brasil, 2,7%.

Segundo Ipea (2012)

> "Nos últimos dez anos, entre 2001 e 2011, os 10% mais pobres do país tiveram um crescimento de renda acumulado de 91,2%, enquanto a parcela mais rica da população obteve nesse mesmo período um incremento de 16,6% da renda acumulada. Portanto, a variação do aumento de ganhos reais foi 5,5 vezes (550%) mais rápida para o décimo mais vulnerável dos brasileiros." (IPEA, 2012)

Mas vale a ponderação que os amplos programas sociais de distribuição de renda acabam por influenciar esses dados, já que a renda obtida não advém exclusivamente do trabalho e do aumento da produtividade no país, pois,quando observamos a economia brasileira, medida pelo seu Produto Interno Bruto (PIB), verifica-se um crescimento de 2,3% em 2013 (abaixo da expectativa inicial do governo), o que em valores correntes (em reais) significa que a soma das riquezas produzidas em 2013 chegou a R$ 4,84 trilhões e o PIB per capita (por pessoa) atingiu R$ 24.065.

Num patamar histórico, pode-se notar que a economia brasileira mantem-se em crescimento nos últimos anos (exceto 2009,devido à crise global), mas em ritmo menos acelerado comparado a outros países em desenvolvimento (como os Brics), e que vem perdendo oportunidades de aumento de produtividade.

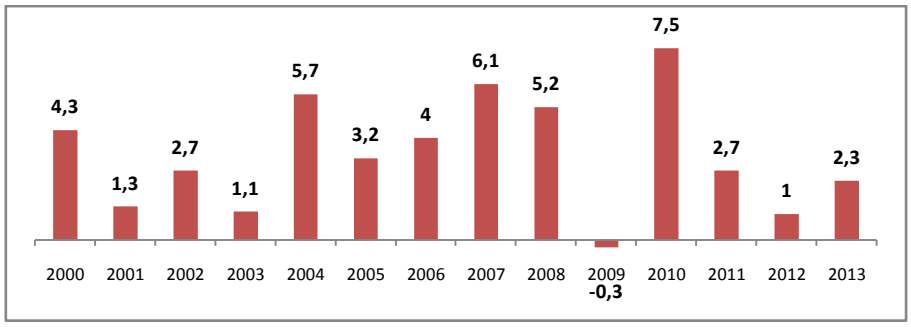

Gráfico 3-Evolução Histórica do PIB no Brasil.
Fonte: IBGE

Comprovados por índices de desenvolvimento humano, no conjunto dos países desenvolvidos e das principais economias emergentes, nenhuma outra nação reduziu tanto a diferença entre ricos e pobres nas últimas duas décadas quanto o Brasil. A estabilidade da economia permitiu que sucessivos governos pudessem alocar e manter recursos na educação.

Nos últimos anos, o IDH cresceu de 0.552 (IDH baixo) para 0.730 (IDH alto), figurando o Brasil na 85º. colocação dos países mais desenvolvidos do mundo. Relativo ao foco desse estudo, a educação, a média passou de 2,6 anos de estudo em 1980 para 7,2 anos em 2012, um salto muito significativo, mas ainda muito baixo quando comparado aos países desenvolvidos.

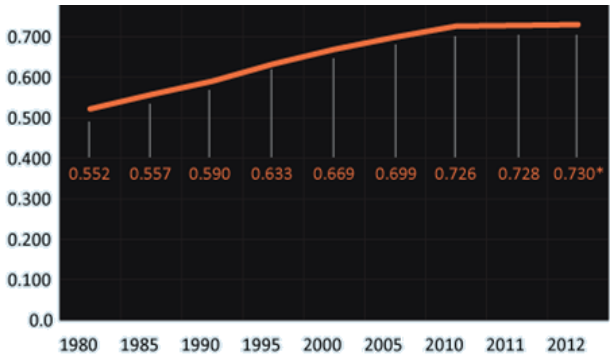

Gráfico 4 -Evolução do IDH no Brasil
Fonte: PNUD (2012)

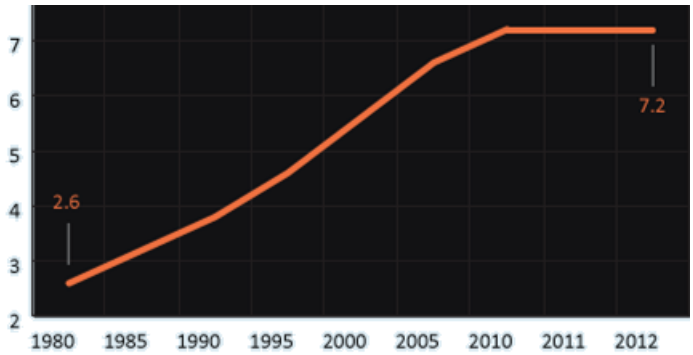

Gráfico 5– Evolução dos anos de estudo no Brasil
Fonte: PNUD (2012)

Já o índice de Coeficiente Gini, que apresentou decréscimo nos últimos 20 anos, pela primeira vez, em 2012, mostrou-se estagnado.

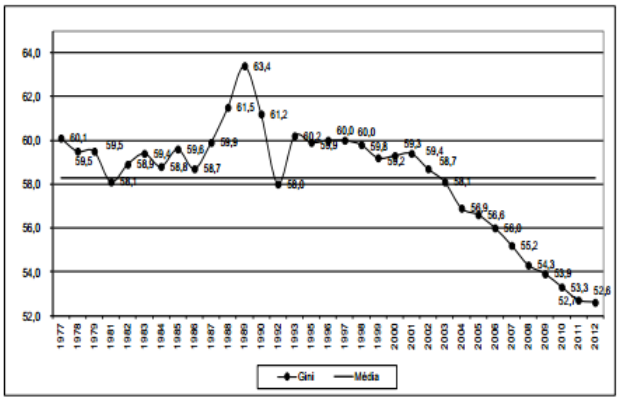

Gráfico 6 -Evolução da desigualdade de renda no Brasil (Índice Gini)

Fonte: PNAD

Como chancela que a educação acarreta um incremento na renda média da população, o Censo 2010 disponibilizou dados das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupos de idade e as classes de rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* no Brasil. É altamente significante como a renda da parcela da população que possuem ensino superior é muito maior.

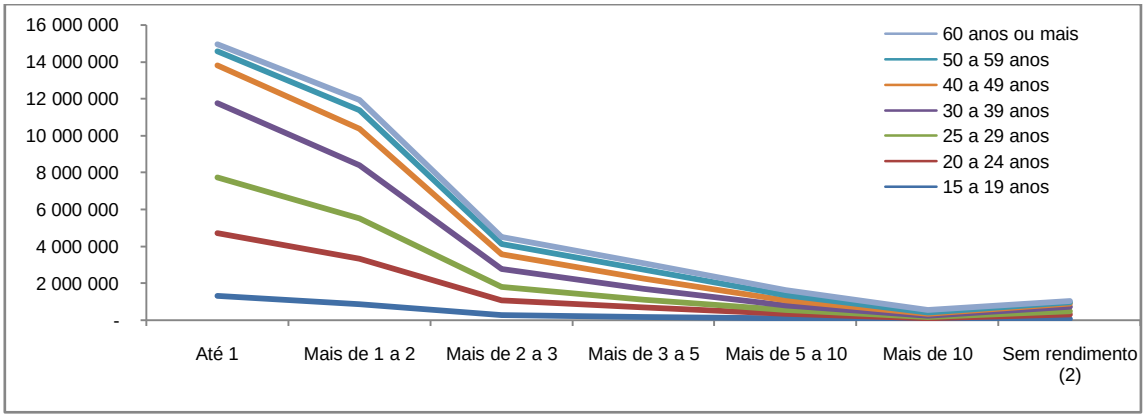

Gráfico 7 -Renda da População no Brasil, por faixa etária, sem curso superior.
Fonte: Censo (2010)

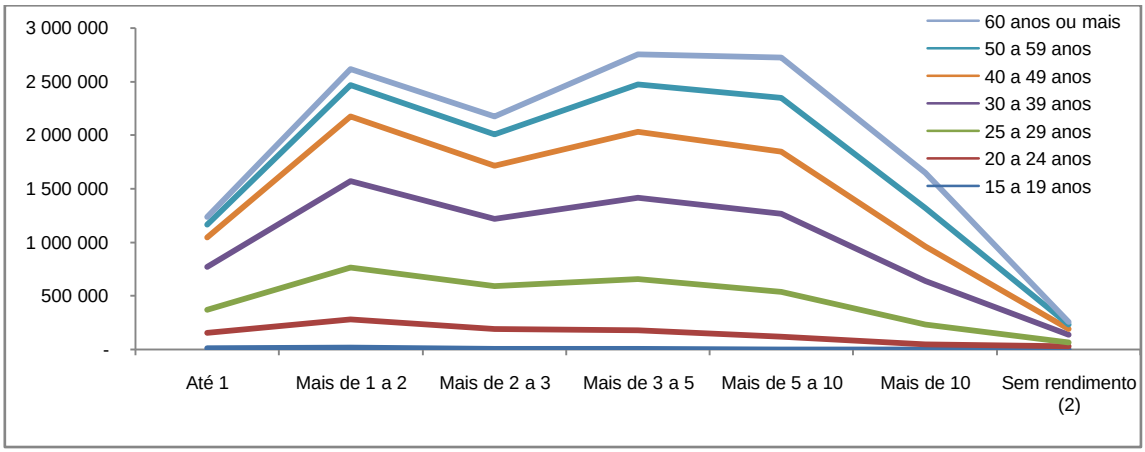

Gráfico 8 -Renda da População no Brasil, por faixa etária, com curso superior
Fonte: Censo (2010)

Comprovando isso, Barros, Henriques e Mendonça (2002, p.6 apud CARDOSO, 2006) concluem que:

> A sustentabilidade do desenvolvimento socioeconômico está diretamente associada à velocidade e à continuidade do processo de expansão educacional. Essa relação direta

> se estabelece a partir de duas vias de transmissão distintas. Por um lado, a expansão educacional aumenta a produtividade do trabalho, contribuindo para o crescimento econômico, o aumento de salários e a diminuição da pobreza. Por outro lado, a expansão educacional promove maior igualdade e mobilidade social, na medida em que a condição de "ativo não-transferível" faz da educação um ativo de distribuição mais fácil do que a maioria dos ativos físicos. Além disso, devemos observar que a educação é um ativo que pode ser reproduzido e geralmente é ofertado à população pobre por intermédio da esfera pública. Essas duas vias de transmissão, portanto, tornam transparente que, do ponto de vista econômico, a expansão educacional é essencial para fomentar o crescimento econômico e reduzir a desigualdade e a pobreza.

Por esses motivos, é impossível dissociar o papel do governo em investimentos na educação, como um agente provedor capaz de reduzir as ineficiências do mercado e promover melhorias nas condições de vida.

5. CONCLUSÃO

Desde o advento do Plano Real, com a estabilização da moeda nacional, somada ao maior acesso à educação, diminuição da informalidade no mercado de trabalho, inflação mais controlada, aumento da oferta de crédito e principalmente aos programas assistenciais (Bolsa Família), as desigualdades sociais vêm caindo no Brasil. O aumento nos investimentos em educação, apesar de num primeiro momento apresentar um impacto negativo, eleva o nível de escolaridade,o que resulta no crescimento da taxa de produtividade, sendo os impostos pagos (que financiam a educação) o custo social que proporciona a melhor capacitação do capital humano. A questão é como alocar esses investimentos e ter melhor eficiência, a fim de reduzir esse custo.

A tendência é que as matrículas no ensino superior continuem a crescer no Brasil em consequência da perspectiva de ascensão profissional, levando a um aumento da renda proporcionado por um diploma de ensino superior e demanda crescente de profissionais qualificados no mercado; além disso, os programas assistenciais de inclusão que o Governo oferece as classes sociais mais baixas também favorecem esse incremento nas matrículas.

A educação é um bem muito importante para a sociedade, e, por isso, a ação do Governo, mesmo que por programas assistenciais, é imprescindível para complementar as lacunas, incentivando investimentos nessa área, já que sua influência no crescimento econômico tem papel fundamental. Citando Celso Furtado, "esse é o mais importante investimento a fazer, para que haja não só crescimento, mas autêntico desenvolvimento [...]" (FURTADO, 2002, p. 19).

Sobre a ótica dos índices de desenvolvimento humano, como IDH e GINI, os investimentos em educação e no combate a pobreza não só proporcionam o desenvolvimento mais sustentável de uma nação, mas também impactam na questão da liberdade individual que a capacitação dá ao individuo,pois"a liberdade é o principal fim e o meio mais importante de desenvolvimento [...]" (SEN, 2001, p. 2).

REFERÊNCIAS:

CARDOSO, Fernanda dos Reis. **Educação superior e crescimento econômico**. Porto Alegre, 2006.

CUNHA, Luiz Antônio Constant Rodrigues da. **A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era de Vargas**. Coleção Educação e transformação. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, Edições UFC, 1980.

DIAS, Joilson. DIAS, Maria Helena Ambrósio. **Crescimento econômico e as políticas de distribuição de renda e investimento em educação nos estados brasileiros: teoria e análise econométrica.** *Estud. Econ.* [online]. 2007, vol.37, n.4, pp. 701-743. ISSN 0101-4161.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **O ensino superior no Brasil: público e privado**. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

FURTADO, C. **Em busca de novo modelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios (PNAD).** Disponível em: < http://www.ibge.com.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/default.shtm> Acesso em: 14 abr. 2014.

_____.**CENSO 2010.**Disponível em: <http://www.ibge.com.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm> Acesso em: 14 abr. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP) . **Censo da educação superior: 20101 – resumo técnico.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013. Disponível em:

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2011.pdf. Acesso em: 10 abr. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA (IPEA). **Em dez anos, renda dos mais pobres cresceu 90%.** Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15593.> Acessado em: 14 abr.2014.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados.** São Paulo: Atlas, 1999.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**. Plano de Desenvolvimento da Educação Razões, Princípios e Programas. PDE 2007** Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/> Acesso em: 14 abr. 2014.

_____. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Leis, Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/10861.pdf>. Acesso em: 12 de dezembro de 2013

ORGANIZAÇÃO PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA DAS NAÇÕES UNIDAS. UNESCO. **GLOBAL EDUCATION DIGEST 2012**. Disponível em: <http://www.uis.unesco.org/education/pages/ged-2012-press-release.aspx.>Acessado em: 14 abr. 2014.

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – RDH. **A verdadeira riqueza das nações: caminhos do desenvolvimento humano.** PNUD/ONU, 2010. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2010>. Acesso em: 10 abr. 2014.

REZENDE, Maria José de. **As metas educacionais como eixos articuladores dos relatórios do desenvolvimento humano da ONU.** *Educ. rev.* [online]. 2012, vol.28, n.4, pp. 289-316. ISSN 0102-4698.

SCHWARTZMAN, Simon. BOMENY, Helena Maria Bousquet. COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema.** 2ª ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Paz e Terra; Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SEN, A. **Entrevista programa Roda Vida da TV Cultura. 2001**. Memória Roda Vida. Disponível em:<http://www.rodaviva.fapesp.br/materia_busca/32/amartya%20sen/entrevistados/amartya_sen_2001.htm>. Acesso em: 17 abr. 2014.

TEIXEIRA, Érika Resende. SILVA, Roseli. **Educação e crescimento econômico: uma análise econométrica para os municípios de São Paulo (1980-2000).** Jovens Pesquisadores [online]. 2006, vol.3, n.1, ISSN 1806-8634